



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

DISCURSO EM CURITIBA, DANDO INICIO
AO PROAGRO, EM 10 DE OUTUBRO
DE 1974.

Na primeira reunião ministerial, realizada no limiar de meu governo, ressalttei, como era necessário fazê-lo, as drásticas mudanças ocorridas, nos últimos tempos, no cenário mundial — a crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, a desorganização do sistema monetário internacional, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas elevadas, ou seja, um quadro à procura de nova acomodação internacional, e, pois, de contornos ainda indefinidos, mas que, já então, se apresentava com reais repercussões no panorama nacional.

Frisei, ainda, que a principal aspiração econômica brasileira consiste em manter altas taxas de crescimento do produto real, comparáveis às registradas nos últimos anos.

O elevado nível de investimentos públicos e privados, a vitalidade de nossa indústria e a expressiva potencialidade de nossa agricultura justificavam então, como ainda justificam, a

confiança de que continuaríamos crescendo rapidamente, não obstante as dificuldades com que se defronta toda a economia mundial.

Assinalei, naquela oportunidade, que nossa estratégia de desenvolvimento estava intimamente associada à conjugação da ocupação econômica da grandeza do território brasileiro com um maior impulso, inclusive tecnológico, a ser dado à produção agrícola, pecuária e agro-industrial, de modo a não somente atender amplamente às nossas necessidades do mercado interno, mas também realizar plenamente a vocação de grande supridor mundial desses produtos, graças às condições para tanto propícias, de que o Brasil está dotado.

As oportunidades que, nesse setor, se antevêm são muito promissoras, considerando o contínuo incremento do nível de renda interna, aliado às altas taxas de crescimento da população brasileira. De outra parte, as perspectivas da demanda externa apresentam-se também vantajosas, não obstante eventuais fases menos favoráveis, caracterizadas por adaptações inevitáveis dos mercados, em face das novas condições da economia mundial.

O Governo reafirma agora o propósito de criar condições adequadas para que o setor agropecuário acelere seu desenvolvimento e alcance taxas de crescimento desejadas da ordem de 7% ao ano. Para tanto, é necessário, acima de tudo, íntimo entrosamento entre a adminis-

tração pública, em todos os níveis, e a atividade privada, num clima sadio de co-participação.

O atual estágio de desenvolvimento do setor agrícola já permite, felizmente, a prevalência dessa norma de comportamento, abandonando-se a atuação meramente paternalista do Estado e superando-se atitudes puramente reivindicatórias por parte do setor privado.

E esse espírito de co-participação responsável, que deve nortear sempre o relacionamento entre governo e empresa privada, estou seguro, só tende a fortalecer-se e ampliar-se.

Deve-se, com justiça, reconhecer que, nos governos da Revolução, o poder público muito realizou no apoio e promoção à agricultura nacional; não se pode negar, entretanto, que muito ainda resta por fazer-se, principalmente quando se considera o novo modelo de agricultura que se pretende consolidar e disseminar

Essa agricultura empresarial reclama, do governo, uma ação decisiva, no sentido de reorganizar-se em suas estruturas funcionais, visando a torná-las compatíveis com as novas formas de produção que se vêm estimulando e que, paulatinamente, vão sendo implantadas, dotando-a de mecanismos modernos e ágeis, capazes de operar o setor com alto grau de racionalidade.

É minha orientação a de que, além do Ministério da Agricultura, conjugado com as entidades congêneres estaduais, toda a adminis-

tração pública se volte para fornecer decidida cooperação ao setor agropecuário. Áreas como a dos transportes, a da previdência social, a da indústria e do comércio, a financeira e outras estarão cada vez mais se articulando para apoio ao desenvolvimento rural, que é, sem dúvida, uma das metas prioritárias de meu governo.

Tem-se trabalhado com afinco e os frutos da linha de ação do Governo já podem ser antevistos.

Em primeiro lugar, cabe destacar as novas entidades implantadas ou em fase de criação, no Ministério da Agricultura, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, bem como do abastecimento interno. Todas essas medidas visam a vencer as peias da burocracia ineficiente e representam instrumentos novos, dinâmicos, consentâneos com a orientação ora imprimida ao setor público agrícola.

A par dessas modificações de ordem estrutural, o Ministério da Agricultura, ao qual cabe a ordenação desse esforço governamental de apoio ao setor agropecuário, disporá, para o próximo exercício, de recursos superiores a 3 bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros, o que significa incremento de 175% em relação aos do ano corrente, iniciando-se, dessa maneira, um processo de dotação de recursos e criação de novas estruturas, adequadas aos objetivos que se têm em vista.

Complementarmente, cabe aqui fazer algumas observações relativas a vários problemas, assaz importantes e que nos interessam de perto. Quero referir-me particularmente aos insumos necessários à agricultura, aos preços mínimos, ao crédito, ao seguro agrícola e às exportações de produtos agrícolas.

Os preços dos insumos, principalmente os de fertilizantes, situam-se em níveis bem superiores aos vigentes anteriormente. As causas de tais acréscimos de custos residem na própria conjuntura internacional e, destarte, são poucas as possibilidades de fugir a essas circunstâncias que afetam grande parte da economia mundial.

O Governo preocupa-se em superar essas dificuldades. No que se refere, explicitamente, aos fertilizantes, ultimam-se os estudos do Plano Nacional de Fertilizantes e Corretivos, o qual visará minimizar os efeitos da crise mundial do produto. Com a utilização de matéria-prima brasileira, processada no país, os fertilizantes e corretivos estarão disponíveis em melhores condições de suprimento, inclusive a preços mais adequados.

A política de preços mínimos levou em conta as novas condições de custos da agricultura, notadamente as relativas aos insumos, aos combustíveis e à inflação propriamente dita, além de considerar, como é imprescindível, o interesse do consumidor nacional. Assim, conseguiram-se elevar aqueles preços mínimos a níveis superiores

em 50%, numa demonstração do reconhecimento de que cabe assegurar ao agricultor margens de lucro que evitem a descapitalização e o empobrecimento do meio rural.

Ressalto, entretanto, que a garantia de melhor remuneração ao produtor deve fundar-se, principalmente, nos incrementos de produtividade, e não apenas em acréscimos de preços unitários.

Nos ganhos em rendimento e, particularmente, no melhor funcionamento dos mecanismos de comercialização reside a real possibilidade da obtenção simultânea de uma oferta a baixos preços e de crescente remuneração aos produtores.

Importa assim, e muito, avançar decisivamente na consolidação e ampliação das formas associativas de produção e comercialização.

O crédito rural foi agilizado e, como consequência da elevação dos preços mínimos, ampliado substancialmente, visando, inclusive, a superar a elevação dos custos dos insumos. Pressões inflacionárias internas que se estavam tornando graves obrigaram ao estabelecimento de restrições gerais de crédito, principalmente no primeiro semestre. Entretanto, essa fase de contenção já foi ultrapassada e toda a rede bancária nacional, inclusive o setor privado, encontra-se atualmente orientada no sentido de facilitar, ao máximo, os financiamentos às atividades da lavoura e da pecuária.

Dou aqui início, agora, às atividades do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, lançado pelo Governo do Presidente Médici e que constitui o primeiro passo para a institucionalização do seguro rural, antiga e justa reivindicação dos produtores.

Cabe consignar, ainda, o constante empenho do Governo em assegurar seu apoio à exportação dos excedentes agrícolas, desde que garantido o abastecimento interno, visando, com isso, à colimação de dois objetivos — garantir-se melhor remuneração ao produtor e, ao mesmo tempo, elevar-se a disponibilidade de divisas.

Além das medidas de que se fez menção, devo destacar, por fim, outras não menos importantes relacionadas com a agropecuária e que constituem objeto de permanente atenção do Governo tais como: a contínua melhoria do sistema de transportes, notadamente nos corredores de exportação; o desenvolvimento da rede de silos, armazéns e centrais de abastecimento; a legalização da titulação das propriedades; a produção nacional de máquinas agrícolas; o incentivo a maior industrialização dos produtos primários; a extensão e melhoria do ensino especializado; e, com particular relevância, a assistência médica e previdenciária ao trabalhador rural.

A prioridade que assim se confere agora à agricultura funda-se na percepção inequívoca

de sua grande e oportuna significação no momento atual, considerando-se as condições da economia brasileira e as perspectivas da evolução internacional. Ao setor agropecuário brasileiro cumpre prover adequado atendimento à crescente demanda interna de seus produtos, em quantidade, e qualidade, e a níveis de preços compatíveis, de modo que não venha a se constituir em foco de pressões inflacionárias.

Deve ele, também, contribuir ponderavelmente no reforço do balanço de pagamentos, através da manutenção de substancial pauta de exportações. E, ainda mais, cabe-lhe participação decisiva na política de promoção social, não só como distribuidor da renda nacional, mas, ainda, como opção de emprego produtivo capaz de aliviar a pressão migratória no sentido das cidades.

Consciente de que a previsão que podemos formular é altamente promissora, conclamo a todos os agropecuaristas brasileiros a que revigorem, confiantes, sua participação no esforço comum de todos nós, qual seja o de obter os altos níveis de produção consentâneos com as nossas aspirações de desenvolvimento.

Faço o apelo convencido de que esta Campanha da Produção e Produtividade encontrará pronta resposta por parte dos produtores nacionais. Aos expressivos representantes da agricultura brasileira, aqui reunidos, transmito a

certeza de que, juntos — empresários, trabalhadores e Governo — em ação harmônica, superaremos as dificuldades, algumas reais, outras mais aparentes, com que nos defrontamos e estabeleceremos as condições para um novo ano agrícola pujante.

Guardo comigo a certeza de que o País poderá contar com o decisivo trabalho e empenho dos agropecuaristas no aumento dos níveis de produção, pois acredito, firmemente, que o Brasil terá sempre as dimensões de sua agricultura.